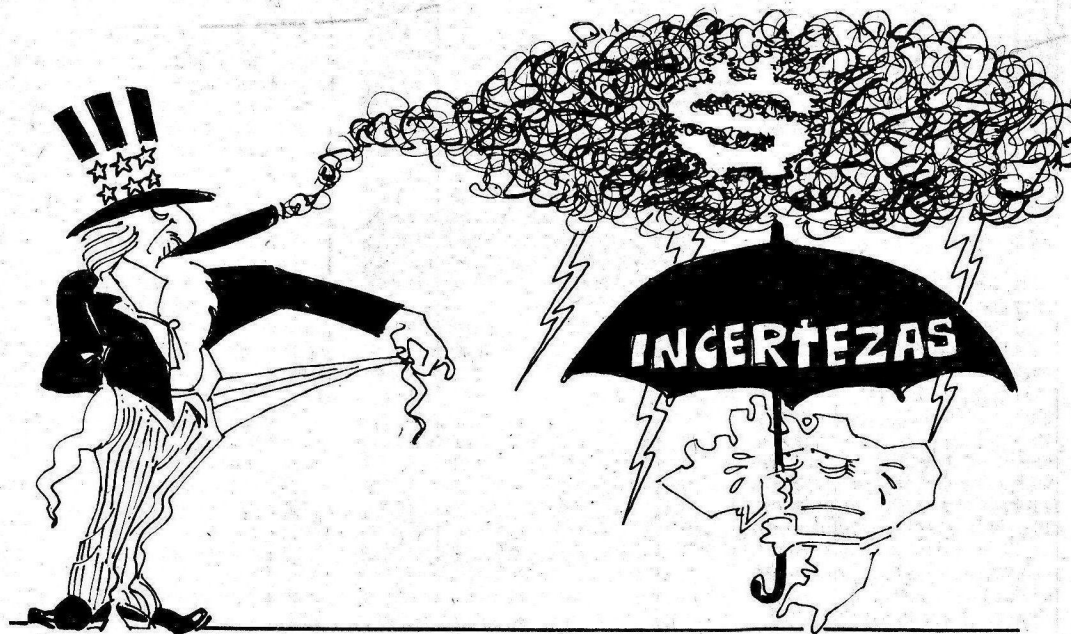


País se previne contra futuro incerto

Temendo a recessão mundial Governo vai estimular o crescimento econômico



GUIOMAR CAMPELO
Da Editoria de Economia

Redução das taxas de juros, criação de novas linhas de crédito de longo prazo, contenção dos salários e aceleração das minidesvalorizações cambiais constituem as respostas do Governo à explosão das incertezas internas e externas, refletidas no terremoto que assolou as bolsas daqui e lá de fora na semana que passou.

A queda das bolsas internacionais reforçou as previsões de que a economia norte-americana caminhará para a recessão, principalmente, no segundo semestre de 1988, dentro do processo de ajuste fiscal e cambial dos Estados Unidos, com reflexos nos demais países industrializados. O estreitamento do mercado mundial inviabiliza qualquer meta de crescimento das exportações brasileiras, no próximo ano.

Este ano, o Banco Central prevê que o superávit comercial pode até ficar acima da meta já revista de 9,7 bilhões de dólares e chegar aos 10,5 bilhões. Após o saldo acumulado de 7,86 bilhões de dólares até setembro, o Brasil precisa manter a média mensal de 900 milhões de dólares no último trimestre para fechar o ano com os 10,5 bilhões de dólares de superávit comercial.

Mas, para evitar esfriamento do esforço exportador, o Banco Central elevou para 0,511 por cento a minidesvalorização diária do cruzado e a correção cambial do mês deve alcançar pelo menos 9,23 por cento. Ao exportador, interessa a relação câmbio/salários para que os ganhos de receita não sejam anulados pelo aumento de custos.

O Banco Central deu garantias de que manterá política cambial realista e o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, emitiu o claro recado de que os salários não podem ter aumentos reais superiores a 10 por cento, apesar das pressões dos trabalhadores e dos próprios empresários preocupados com a contração da demanda interna.

Além de nada poder esperar de crescimento das exportações, o Brasil continua vulnerável às oscilações dos encargos da dívida externa. Na última segunda-feira, o terremoto da bolsa de Nova Iorque veio acompanhado da elevação das taxas do euromercado (Libor) para 9,4375 por cento ao ano. Na última sexta, o Banco Central respirou aliviado com recuo para 7,6875 por cento.

Com a queda da Libor, o Brasil eixou pelo menos temporariamente de contabilizar o aumento

de 1,75 por cento dos encargos da metade da dívida de 105 bilhões de médio e longo prazos. O diferencial de 1,75 por cento representaria acréscimo anual de nada menos que 917 milhões de dólares no pagamento de juros da dívida brasileira vinculada às taxas básicas do euromercado.

Ocorre que o recuo da Libor e também da **prime** — taxa cobrada pelos bancos norte-americanos de seus clientes preferenciais — de 9,25 para 9 por cento ao ano, pode refletir apenas a estratégia de curto prazo das autoridades monetárias dos países industrializados para acalmar os investidores locais. A médio prazo, as projeções mais realistas apontam a elevação de juros e o agravamento da recessão nos países desenvolvidos, informa o Banco Central.

Embora nada espere do setor exportador, o Ministério da Fazenda garante que o ataque à ameaça de recessão não virá pelo aumento desordenado da demanda interna, via concessões salariais. Para a Fazenda e o Banco Central, a expansão da economia deve resultar da retomada dos investimentos produtivos.

Com esse objetivo, o CMN vai aprovar, em sua reunião da próxima quinta-feira, medidas para reduzir os juros do mercado e incentivar novos investimentos.

Os bancos poderão ficar livres do adicional de 15 por cento do compulsório sobre os depósitos à vista, desde que aceitem direcionar essa parcela de recursos para a alavancagem de novos investimentos, mediante a liberação de financiamentos com prazos superiores a 180 dias. Com base na posição de setembro último, o fim do compulsório sobre os depósitos a prazo devolverá ao mercado Cz\$ 45 bilhões, enquanto a menor exigibilidade sobre depósitos à vista poderá significar a oferta adicional de Cz\$ 26 bilhões de créditos de longo prazo ao setor produtivo.

O CMN vai tomar as medidas possíveis de ajuste na política monetária e tentar manter o controle dos salários. Mas ainda falta a decisão política do Governo de atacar o déficit público e também continuam as incertezas criadas pela indefinição da renegociação da dívida externa do País. Com a economia ainda fora dos eixos, apesar dos esforços de Bresser Pereira, as bolsas brasileiras estão longe de cumprir a tarefa de alavancar a capitalização das empresas produtivas e servirem apenas de instrumento para os ganhos de uns poucos privilegiados que especulam até com a queda das cotações dos papéis negociados em Nova Iorque.